



Violeta Parra, *O circo*, 1961. Tela artificial bordada em lã, 122 x 211 cm.

**1** Artigo

# Nas entranhas do capital: sobre o moderno barbarismo<sup>1</sup>

**Gustavo Moura de Cavalcanti Mello<sup>2</sup>**

Resumo // O artigo pretende analisar a copertinência entre civilização e barbárie nas formações sociais capitalistas, tendo como referência fundamental a obra de Marx. Assim, em um primeiro momento, serão coligidas e comentadas passagens de textos marxianos que permitem a apreensão de um conceito de barbárie, cujas determinações emergem da exposição do conceito de capital. Com isso, busca-se revelar a natureza bárbara do capital e demonstrar que sua dinâmica de reprodução é, ao mesmo tempo, reprodução de barbárie. Em um segundo momento, a partir desses aportes teóricos, serão consideradas brevemente algumas das manifestações da barbárie contemporânea, fundadas em tendências inerentes ao processo de acumulação de capital.

Palavras-chave // Civilização ; Barbárie ; Capitalismo; Marx.

---

1 Uma versão modificada desse texto foi publicada em inglês, em MELLO, G.M.C.; BRAGA, H.P. (eds) *Wealth and Poverty in Contemporary Brazilian Capitalism*. Londres: Palgrave Macmillan, 2021.

2 Doutor em Sociologia pela FFLCH/USP, é professor Adjunto do Departamento de Economia da Ufes e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Ufes.

## Introdução

Nas últimas décadas, difundiu-se a ferro, fogo e grandes dosagens de narcotização midiática, a percepção, mais ou menos consciente, de que o modo de produção capitalista é o horizonte último da existência humana. No plano ideológico, atualmente despontam duas atitudes opostas, que convém destacar: a primeira bebe do triunfalismo que emergiu em meio aos escombros do bloco soviético, e do fatalismo próprio à profecia autorrealizável do “*there is no alternative*”, de Margaret Thatcher e tantos outros. Nessa senda, avançam os que louvam as recentes conquistas do “gênio humano” e auspiciam um futuro luminoso para a humanidade, que em meio a tantos êxitos estaria na iminência de extirpar do mundo a pobreza<sup>3</sup>. Seus antípodas, por sua vez, só têm ouvidos para as trombetas do apocalipse, e em tudo identificam os “sinais dos tempos”: catástrofes ambientais, crises econômicas, acirramento dos antagonismos sociais, guerras, advento da “inteligência artificial” indicariam que se avizinha o derradeiro conflito entre o bem e o mal e a consequente salvação dos eleitos, conforme um amplo espectro de pregações, motivada por toda sorte de fé. Em casos mais agudos dessas psicoses, os mesmos entusiastas do capitalismo preparam-se para o Apocalipse; são os lunáticos construtores de bunkers, manifestações extremas da lógica “sobrevivencialista” (LASCH, 1984), que hoje investem não apenas em seus refúgios subterrâneos, mas também em seu lugar no céu, mais precisamente em pretensas colônias marcianas ou coisa que o valham. Assim, muitos dos altos gestores do Vale do Silício, entre um e outro exercício de proselitismo em defesa do *establishment*, ocupam-se da nobre tarefa de garantir a reprodução da espécie diante do cataclisma iminente<sup>4</sup>.

Essas posições eivadas de contradições vulgares tendem a ocultar contradições reais, que o entendimento, atado à lógica formal, é incapaz de suportar. Vê-se em jogo aqui, dentre outras coisas, questões relativas à concepção de história e

---

3 “O progresso é um fato histórico. Os números mostram que nas últimas sete décadas os humanos se tornaram (em média) mais longevos, mais saudáveis, mais seguros, mais ricos, mais livres, mais justos, mais felizes e inteligentes, não apenas no ocidente, mas mundialmente” (PINKER, 2020). Para uma discussão sobre esses fantásticos números de Pinker, cf. HINKEL, 2019.

4 O caso de Elon Musk é exemplar, pois ao mesmo tempo em que pretende salvar os bilionários com as espaçonaves de sua Space-X, vende lança-chamas de baixo custo, elemento básico de todo kit de sobrevivência antizumbi que se preze (THE GUARDIAN, 2018). E ele ainda tem tempo defender golpes de estado contra governos que criarem obstáculos aos seus empreendimentos. Questionado pelo seu interesse na derrubada de Evo Morales, contestou: “Vamos dar golpes [de Estado] em quem quisermos! Lide com isso” (R7, 2020).

ao conceito – ou melhor, à ideologia – de progresso, que se confundem com uma perspectiva teleológica, ou mesmo escatológica. Trata-se, em certo sentido, de reações a uma forma de reprodução social marcada por um crescente potencial tecnológico e técnico, que elevam as sociedades modernas à prometeica condição de uma força geofísica, conforme os teóricos do “antropoceno” ou do “capitaloceno” (cf. DANOWSKI & CASTRO, 2014), e abririam, em tese, inauditas possibilidades de transformação da realidade – inclusive de cunho emancipador –, que, longe de impedir, catalisam catástrofes, mazelas sociais, e as mais distintas formas de violência e de sofrimento. No limite, inauguram tendências à autoaniquilação da humanidade.

Mesmo dentre relevantes pensadores é comum uma crônica dificuldade em articular ambas as dimensões que são distintivas da modernidade, com frequência recaindo em posições unilaterais ou dualistas. Convém ilustrá-las brevemente com base em proposições de alguns economistas, mas tendo em vista, de antemão, seu fulcro apologético. Recorde-se que, em sua madura crítica da economia política, Marx já havia demonstrado que as elucubrações sobre o mítico “contrato social”, passando pelas tantas robinsonadas, reproduzidas à exaustão pela economia política, até chegar ao darwinismo e sua projeção da concorrência capitalista sobre os “reinos” animal e vegetal (MARX e ENGELS, 1987b, p.381), eram, em última análise, artifícios para apresentar o presente como o ponto culminante de um longo processo evolutivo. Suas determinações fundamentais remontariam a um estágio primevo, que condicionariam essa trajetória a despeito de eventuais percalços e desvios. As sociedades modernas são assim naturalizadas e perenizadas (cf. MARX, 1982).

Com esse desiderato emergem atitudes diversas. Tome-se, por exemplo, o desatino de John Maynard Keynes, quando prevê, em 1930, que num período de cem anos o padrão de vida nos países “progressistas” elevar-se-ia em quatro ou oito vezes, no mínimo, e a humanidade ver-se-ia livre do “problema econômico” pela primeira vez na história (KEYNES, 1963, p.364-5). Mas daí emergiria um novo dilema, já que, arrisca ele, todas as pessoas, sem exceção, tremeriam diante do alvorecer da “era do prazer e da abundância” (KEYNES, 1963, p.368). O grande dilema da humanidade, assim, seria a necessidade de satisfazer o “velho Adão” que teria sido introjetado ao longo de séculos, o que seria atingido com jornadas de 15 horas de trabalho semanais (KEYNES, 1963, p.369). Ao mesmo tempo em que ignora a contradição entre as dimensões material e abstrata da riqueza social, com sua natureza antagônica e desigual, fundada na exploração e na espoliação, bem

como a determinação social da tecnologia e da técnica, subsumidas ao capital, vê-se que Keynes projeta em toda a humanidade as agruras do parasita burguês, que em sua forma predatória de inserção no mundo, despreocupado até mesmo com as dimensões mais básicas da existência, morre de tédio contemplando sua própria miséria existencial.

Em meio ao processo de consolidação do modo de produção capitalista, e aos agudos embates entre forças propriamente burguesas, forças populares, bem como aquelas do Antigo Regime, as perspectivas apologéticas não sufocavam o autêntico ímpeto de compreensão dos contextos emergentes, dos mecanismos íntimos de operação das sociedades modernas e de suas tendências fundamentais. Assim, profundos pensadores como Adam Smith apelavam, por um lado, à Divina Providência ao sustentar a tese de que a ordem mercantil, ainda que natural e espontânea – e incognoscível, dada a multiplicidade e complexidade das interações econômicas –, era virtuosa para o conjunto da sociedade, conforme a antológica imagem da “mão invisível”. Desse modo, “sem ter a intenção, sem mesmo sabê-lo”, constata Smith (1982, p.206), o rico “serve ao interesse social e à multiplicação da espécie humana. Quando a Providência repartiu a terra entre poucos nobres senhores, não esqueceu nem abandonou aqueles que parecem ter sido deixados de lado da repartição”.

Não obstante, Smith reconhecia todo um conjunto de iniquidades e mazelas próprias às sociedades modernas, a começar pelo caráter estruturalmente desigual, concluindo que “onde quer que haja grande propriedade, há grande desigualdade”, e que a “riqueza de poucos supõe a indigência de muitos” (SMITH, 1996, p.188). Da mesma forma, denunciava vigorosamente o arrivismo antissocial do empresariado, uma “categoria de pessoas cujo interesse jamais coincide exatamente com o do povo, as quais geralmente têm interesse em enganá-lo e mesmo oprimi-lo e que, conseqüentemente, têm em muitas oportunidades tanto iludido quanto oprimido esse povo” (SMITH, 1996, p.273). Tampouco ignorava os efeitos deletérios da divisão técnica do trabalho sobre o indivíduo por ela aprisionado a tarefas repetitivas e parciais, “tornando-se geralmente tão embotado e ignorante quanto o possa ser uma criatura humana” (SMITH, 1996, p.244), ou a natureza classista do Estado moderno, voltado aos interesses dos proprietários, ao concluir que “o governo civil, na medida em que é instituído para garantir a propriedade, de fato o é para a defesa dos ricos contra os pobres, ou daqueles que têm alguma propriedade contra os que não possuem propriedade alguma” (SMITH, 1996, p.192).

Não demoraria para que essa integridade intelectual desaparecesse dos círculos dos economistas quase sem deixar vestígios, suplantado por truques de prestidigitação mais ou menos sofisticados, que buscavam escamotear a violência que estrutura as sociedades modernas sob uma concepção efusiva, e cínica, de progresso. Logo, assombrado pela radicalização popular, um Carey seria capaz de denunciar os *Princípios de Economia Política*, de Ricardo, como “o verdadeiro manual do demagogo que quer conquistar o poder por meio da agrarianismo, da guerra e da pilhagem” (CAREY, 1848, p.74), opondo a ele a “lei da harmonia universal”, “em virtude da qual reina uma perfeita harmonia dos interesses reais e verdadeiros entre as várias classes da humanidade” (CAREY, 1865, p.113). Chegara a era da economia vulgar, cujos traços fundamentais atravessariam boa parte das correntes do pensamento econômico a partir daí.

Décadas mais tarde, autores como Ludwig von Mises invocariam de modo unilateral o legado de Smith, convertendo os empresários em serviços da sociedade, explorados pela “maioria não progressista” (MISES, 2010, p.36). Numa chave mais sofisticada, Friedrich von Hayek teceria loas à heteronomia individual imposta pelos mecanismos mercantis. Afinal, “foi a submissão às forças impessoais do mercado”, constata Hayek (1990, p.186), “que possibilitou o progresso de uma civilização que, sem isso, não se teria desenvolvido. É, portanto, submetendo-nos que ajudamos dia a dia a construir algo cuja magnitude supera a nossa compreensão”. Mais importante que isso, esses autores radicalizam a concepção unilateral, opressiva e agonística da liberdade que já se manifestava na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que “faz com que cada homem veja no outro homem, não a realização, mas, ao contrário, a restrição de sua liberdade” (MARX, 2010, p.49), como um limite exterior e cerceador.

Invertendo a lógica contratualista clássica, os referidos economistas austríacos tomam a liberdade econômica, a liberdade da concorrência mercantil, como a fonte de toda a liberdade. Afinal, os mercados seriam uma dádiva, emergindo espontaneamente à revelia de intenções individuais ou coletivas como único meio de troca de informações e de interação que, sob os auspícios da concorrência, aprenderiam novos métodos produtivos, inventariam novos produtos, refinariam suas necessidades, e a partir do sistema de preços, um sistema adaptativo complexo, tomariam ciência da escassez relativa e da demanda por insumos e produtos finais. Todo o progresso social, e mesmo a mais elementar subsistência em sociedades complexas como as modernas, dependeriam dos mercados, que, não obstante, estariam sob cerrado fogo do coletivismo.

Nessa guerra de vida ou morte, todas as armas seriam válidas, e isso explica o apoio de Hayek à sanguinária ditadura chilena – que, sem se dar conta do disparate da disjuntiva, não hesita em abraçar um governo autoritário “liberal” contra um democrático “intervencionista”, argumentando que “em certas circunstâncias históricas a liberdade pessoal” pode ser “melhor protegida sob um governo autoritário do que sobre um democrático” (HAYEK apud CALDWELL e MONTES, 2014). Nesse mesmo registro se encontram os elogios de Mises ao fascismo, que, segundo ele, para todo o sempre haveria de ser louvado como o salvador da “civilização europeia” (MISES, 1978, p.51). Eis uma amostra da nefasta concepção neoliberal de liberdade, despudorada e cinicamente mobilizada para legitimar o arbítrio e a violência direta, que emergem assim como componentes intrínsecos à lógica mercantil. Mas não nos adiantemos.

Em meados do século XIX, tanto no campo socialista quanto fora dele havia uma abundante tradição que reconhecia e criticava as mazelas sociais inerentes ao evoluir histórico capitalista, e salientava seu caráter ambivalente. Não obstante, de modo a sair do imbróglio do dualismo, é preciso mobilizar as armas da dialética marxiana, por meio da qual Marx legou incontornáveis contribuições para a apreensão propriamente conceitual desse processo, com repercussões que extrapolam seu horizonte histórico, como pretende-se demonstrar.

## O progresso da barbárie e na barbárie

Não há ao longo da obra marxiana uma concepção unívoca dos nexos entre barbárie e modernidade, e não se pretende aqui traçar uma genealogia das proposições marxianas sobre o tema, por vezes conflitantes entre si. Ao contrário, convém coligar e, oportunamente, comentar um conjunto de passagens, de distintas obras, de modo a abstrair delas um conceito de barbárie propriamente dito. Tenha-se em vista, de antemão, que esse conceito busca apreender o âmago irracional, violento, e disruptivo das sociedades modernas, que, escoradas na ideologia do progresso, arvoram-se o ápice do desenvolvimento humano, a era das Luzes. Esse esforço de desmistificação atravessa a produção intelectual marxiana, e está presente nas primeiras obras publicadas por Marx – os ensaios *Sobre a Questão Judaica* e *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel – Introdução*, nos *Anais Franco-Prussianos*, mas também em *A Sagrada Família*, escrita junto com Engels, e nas *Glosas Marginais ao artigo O Rei da Prússia e a Reforma Social*. Nelas, sob

influência de Feuerbach, Marx concebe a religião, o idealismo alemão, a política (e o Estado), bem como o dinheiro e a propriedade privada como formas sociais alienadas, autonomizadas, que são fruto da ação humana, mas que lhe escapam ao controle, convertendo-se numa espécie de segunda natureza. Com isso, emerge uma condição universal de subordinação e heteronomia, em que o indivíduo se torna “o escravo do trabalho lucrativo e da necessidade egoísta, tanto da própria quanto da alheia” (MARX e ENGELS, 2003, p.132). Assim,

precisamente a escravidão da sociedade burguesa é, em aparência, a maior liberdade, por ser a independência aparentemente perfeita do indivíduo, que toma o movimento desenfreado dos elementos estranhos de sua vida, já não mais vinculados pelos nexos gerais nem pelo homem, por exemplo, o movimento da propriedade, da indústria, da religião etc., por sua própria liberdade, quando na verdade é, muito antes, sua servidão e sua falta de humanidade completas e acabadas (MARX e ENGELS, 2003, p.135).

Mais especificamente, a superação de diversas formas de dominação de cunho pessoal, religioso e patriarcal resultam não em uma verdadeira emancipação, mas no advento de uma dominação impessoal e universal, aqui atribuída à deificação do dinheiro. Desse modo, trata-se da persistência da alienação religiosa em formas seculares, próprias à produção de uma realidade fantástica e estranhada nas quais o indivíduo “só conseguirá exercer uma atividade prática, produzir objetos na prática, colocando seus produtos, assim como sua atividade, sob a dominação de uma essência estranha a eles e emprestando-lhes a importância de um ser estranho a eles” o dinheiro (MARX, 2010, p.59-60). Por conseguinte, a mesma sociedade que produz um complexo sistema de interdependência universal, reduz os nexos sociais à mediação abstrata do dinheiro e os indivíduos a um estado de competição e de indiferença em relação aos demais átomos sociais.

Não obstante, tal estado afigura-se a tais indivíduos como a realização da liberdade, formalizada em lei. Esta estabelece os limites dessa liberdade como aqueles que não cerceiam a liberdade alheia, tal qual “o limite entre dois terrenos é determinado pelo poste da cerca. Trata-se da liberdade do homem como mônada isolada recolhida dentro de si mesma” (MARX, 2010, p.49), que não vincula, mas separa as pessoas entre si, isolando-as. E a referida analogia entre a lei e a cerca nada tem de fortuita, afinal, “a aplicação prática do direito humano

à liberdade equivale ao direito humano à propriedade privada” (MARX, 2010, p.49). Como corolário, essa concepção agonística de liberdade tem como contrapartida a elevação da noção de “segurança” como “o conceito social supremo da sociedade burguesa, o conceito da polícia, no sentido de que o conjunto da sociedade só existe para garantir a cada um de seus membros a conservação de sua pessoa, de seus direitos e de sua propriedade” (MARX, 2010, p.50).

Ao mesmo tempo em que o pensamento moderno entroniza o indivíduo “racional” como demiurgo do real, ele se vê coisificado e submetido à condição de “menoridade” kantiana. Da perspectiva da crítica social, trata-se, assim, de apreender o núcleo irracional que se encontra no âmago da modernidade, e que a estrutura, a partir de um esforço crítico que atingirá seu ápice na análise marxiana do fetichismo da mercadoria, do dinheiro e do capital. Afinal, ao designar por fetichismo o processo de subjetivação do capital e de suas formas de manifestação, que têm como contrapartida a reificação dos indivíduos, reduzidos à condição de suportes dessas formas, Marx ironicamente denuncia o fulcro “totêmico” das sociedades modernas – por assim dizer, não só como persistência do mito no interior do Iluminismo, que se vangloria de tê-lo superado, mas como elemento constitutivo do conjunto das práticas sociais modernas, nas distintas dimensões da vida social.

Já em seus *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, Marx enfatiza a copertinência entre civilização e barbárie na modernidade. Nesse sentido, seriam tendências coetâneas a do “refinamento das carências e dos seus meios” e a da “degradação brutal, a completa simplicidade rude abstrata da carência” (MARX, 2004, p.139). Assim, por exemplo, ao considerar as terríveis condições habitacionais de boa parte da população trabalhadora à época, Marx (2004, p.139) lamenta que

mesmo a carência de ar livre deixa de ser, para o trabalhador, carência; o homem retorna à caverna, que está agora, porém, infectada pelo mefítico [ar] pestilento da civilização, e que ele apenas habita muito *precarosamente*, como um poder estranho que diariamente se lhe subtrai, do qual ele pode ser diariamente expulso, se não pagar.

Embrutecido pela divisão técnica e social do trabalho, física e mentalmente mutilado em seu aprisionamento à máquina e à uma existência maquinal (MARX, 2004, p.139), obrigado a se adaptar às mais aviltantes situações, aos indivíduos resta uma relação predatória, instrumental e superficial para com os

objetos de consumo e para com os demais indivíduos. Desse modo, “a propriedade privada nos fez tão tolos e unilaterais”, constata Marx, “que um objeto só é nosso se o tivermos, portanto, se existir como capital para nós, ou se for diretamente possuído, comido, bebido, levado pelo nosso corpo, habitado por nós, etc.; em suma, se for usado” (MARX, 2004, p.106). As complexas e variegadas formas de experimentação, de fruição e de geração da realidade são degradadas e tornadas unilaterais; logo, “no lugar de todos os sentidos físicos e mentais entrou, portanto, o simples estranhamento de todos esses sentidos, o sentido do ter” (MARX, 2004, p.106).

Valendo-se dessa nova forma de miséria existencial, estrutura-se toda uma dinâmica econômica tautológica, que é, ao mesmo tempo, uma forma de controle social, pois “assim como a indústria especula com o refinamento das carências”, reflete Marx (2004), “especula da mesma forma com sua crueza, mas sobre a sua crueza artificialmente gerada, cuja verdadeira fruição é, por isso, a autonarcose, esta aparente satisfação da carência, esta civilização no interior da crua barbárie da carência” (MARX, 2004, p.142). Desse modo, mesmo nos períodos em que são incrementadas as condições materiais de existência de parcelas da população trabalhadora, passado o efêmero entorpecimento consumista, os indivíduos estão condenados a ver reiteradamente frustradas as promessas de satisfação que lhes sussurram as mercadorias em suas reluzentes vitrines.

Vê-se assim, de saída, a recorrência da análise sobre o progresso da acumulação de capital e a regressão social como duas faces da mesma moeda na obra marxiana. Em seu discurso pronunciado em abril de 1856, numa festa de aniversário do periódico *People's Paper*, Marx (1980, p.665-6) volta à carga:

hoje em dia, tudo parece levar no seu seio a sua própria contradição. Vemos que as máquinas, dotadas da propriedade maravilhosa de reduzir e tornar mais frutífero o trabalho humano, provocam a fome e o esgotamento do trabalhador. As fontes de riqueza recém-descobertas se convertem, por artes de um estranho malefício, em fontes de provações. Os triunfos da arte parecem adquiridos ao preço de qualidades morais. O domínio do homem sobre a natureza é cada vez maior; mas, ao mesmo tempo, o homem se transforma em escravo de outros homens ou da sua própria infâmia. Até a pura luz da ciência parece só poder brilhar sobre o fundo tenebroso da ignorância. Todos os nossos inventos e progressos parecem dotar de vida intelectual as

forças materiais, enquanto reduzem a vida humana ao nível de uma força material bruta. Este antagonismo entre a indústria moderna e a ciência, de um lado, e a miséria e a decadência, de outro; este antagonismo entre as forças produtivas e as relações sociais da nossa época é um fato palpável, esmagador e incontrovertível<sup>5</sup>.

Há, por conseguinte, progresso técnico-material, que corresponde tanto a um avanço da subsunção real do trabalho ao capital, sob a égide da extração de mais-valia relativa, quanto à subordinação das distintas esferas da vida social ao movimento cego, automático, desmedido e insaciável da acumulação de capital, sua redução a momentos da totalidade fragmentada e contraditória que é o modo de produção capitalista” (MARX, 1993, p.589-90). Ao mesmo tempo, por conseguinte, a vida social perde em espessura, empobrece em significado, e o indivíduo definha, esvazia-se. Assim, negando tanto as visões nostálgicas e idílicas sobre o passado quanto às que hipostaseiam o presente como o “fim da história”, Marx propõe um olhar crítico sobre o conjunto das formações sociais que emergiram em suas distintas épocas. Desse modo, o tempo presente lança luz sobre o passado e vice-versa, produzindo-se conhecimentos que, por sua vez, alimentam as lutas necessárias para a produção do novo, para a superação da “pré-história” humana, vencidas as clivagens de classe e o fetichismo do capital.

Nesse sentido, em suas palavras, “nos estágios de desenvolvimento precedentes, o indivíduo se apresenta com maior plenitude precisamente porque não elaborou ainda a plenitude de suas relações e não as pôs frente a ele como potências e relações sociais autônomas. É tão ridículo sentir nostalgia daquela plenitude primitiva como crer que é preciso deter-se neste esvaziamento completo” (MARX, 1993, p.162). Nesse sistema de reificação universal, dominado pelo “sujeito automático” – a “contradição em processo” –, a liberdade e a igualdade formais são as formas de manifestação (jurídica) na esfera da circulação, da coerção e da desigualdade imanentes ao processo de extração de mais-valia na esfera da produção (GRESPLAN, 2002). Os indivíduos se tornam suportes da forma capital – capital variável, no caso de trabalhadores, personificações do capital, no caso dos proprietários de meios de produção, capital-dinheiro etc. –,

---

5 Em *A Miséria da Filosofia*, lê-se: “na sociedade atual, na indústria baseada em trocas individuais a anarquia da produção, fonte de tanta miséria é, ao mesmo tempo, fonte de todo progresso” (MARX, 1985, p.66). Por sua vez, logo no início de *Herr Vogt*, Marx assevera que “... a civilização, como disse Fourier, distingue-se da barbárie porque ela substitui a mentira simples pela mentira composta” (MARX, 1987c, p.38).

de tal modo que sua vontade reside nas coisas, sua liberdade é aquela que emana da mercadoria e, no limite, essa liberdade formal é a forma mistificada de aparecimento da moderna escravização econômica. Sua igualdade, por sua vez, é a do rebaixamento dos indivíduos à condição de mercadorias fungíveis, é a forma mistificada de aparecimento da desigualdade entre trabalhadores e capitalistas (cf. MARX, 1985, p.34).

A defesa da propriedade privada emerge como pressuposto da generalização da concorrência como um pilar da sociabilidade moderna, e como meio de preservar as clivagens de classe, agudizadas pelo desenvolvimento capitalista, condicionado pelo desenvolvimento da exploração. Até porque, “sem antagonismo não há progresso [...]. Tal é a lei a que se tem subordinado até nossos dias, a civilização. As forças produtivas desenvolveram-se até o presente, graças a esse regime de antagonismo entre as classes” (MARX, 1985, p.60). Eis uma das funções precípua do Estado moderno, a forma política do capital, à qual Marx retorna nos mais distintos momentos de sua trajetória intelectual, tendo constatado que o evoluir da indústria moderna acirrava os antagonismos entre capital e trabalho, no mesmo passo em que “o poder do Estado foi assumindo cada vez mais o caráter de poder nacional do capital sobre o trabalho, de uma força pública organizada para a escravização social, de uma máquina do despotismo de classe” (MARX, 2011, p.55).

Essas relações tornam-se ainda mais evidentes quando se considera as origens da propriedade privada e dos trabalhadores e trabalhadoras assalariados – “livres como pássaros” –, pressupostos da acumulação de capital. Naqueles que viriam a se consolidar como países capitalistas centrais, no âmbito do desigual mercado mundial, tais pressupostos emergiram dos “métodos idílicos da acumulação primitiva” (MARX, 1996b, p.355), tais como os cercamentos e a expropriação das terras e meios de produção comunais; do violento desenraizamento de vastos contingentes populacionais, forçados a migrar para os centros urbanos; do roubo das propriedades eclesiais e estatais. A esses mecanismos terroristas de expropriação somam-se o trabalho compulsório, o encarceramento e as torturas – incluindo o “ferro em brasa”, o “açóite”, as mutilações e mesmo as execuções – sempre amparados em “grotescas leis”, visando aclimatar essas massas espoliadas às modernas e brutais condições de produção (MARX, 1996b, p.358).

Igualmente importante foi o colonialismo, o massacre e a espoliação das populações autóctones dos territórios que caíam sob o jugo metropolitano,

bem como a escravidão indígena e negra, que logo se configurou como o mais lucrativo e relevante empreendimento comercial da época, fonte de capitais que inundaram as metrópoles e eventualmente financiaram a Revolução Industrial (MARX, 1996b, p.370). Assim, não apenas a liberdade para a venda da força de trabalho é a forma de aparecimento da coerção econômica à qual está submetida a população trabalhadora, mas a generalização do trabalho assalariado livre teve historicamente como contraface a instituição do moderno escravismo nas colônias, diante da impossibilidade da universalização da propriedade privada. A escravidão, escrevia o jovem Marx, “é um eixo do nosso industrialismo atual tanto quanto o são as máquinas, crédito, etc. Sem escravidão não haveria algodão, sem algodão, não haveria indústria moderna” (MARX, 1985, p.212), ideia que seria retomada em *O capital*, donde Marx conclui que, “de maneira geral, a escravidão encoberta dos trabalhadores assalariados na Europa precisava, como pedestal, da escravidão *sans phrase*, do Novo Mundo” (MARX, 1996b, p.378).

Tudo isso para mencionar alguns aspectos da barbárie que inaugura o modo de produção especificamente capitalista. A propriedade privada emerge da mais brutal espoliação; o trabalho assalariado livre, da escravidão moderna e dos mais sanguinários e desmedidos métodos de exploração e de disciplinamento, tendo como locus fundamental de gestação o espaço produtivo (MARX, 1996a, p.390). Nesse sentido, tanto nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, quanto na conferência sobre *Trabalho Assalariado e Capital*, Marx denuncia a reintrodução, nos países capitalistas centrais, tanto nas fábricas quanto nos presídios, de uma técnica de castigo e de tortura empregada na Antiguidade Clássica, uma espécie de moinho movido à tração humana. Com isso, conclui ele, “a barbárie reaparece, mas criada no colo da própria civilização e pertencendo-lhe, portanto, barbárie leprosa, uma barbárie que é a lepra da civilização” (MARX e ENGELS, 1987a, p.434).

De modo algum a abolição desses instrumentos de tortura eliminou o caráter aviltante dos processos de trabalho subordinados ao capital. Sob a manufatura, fundada na divisão técnica e social do trabalho, os produtores diretos eram massacrados pela articulação entre crescente especialização das atividades laborais, intensificação do trabalho, extensão da duração da jornada de trabalho e redução dos seus “poros”. O que institui uma dinâmica produtiva que, sob uma forma organizativa propriamente despótica (MARX, 1996a, p.471), “surge como um meio de exploração civilizada e refinada” (MARX, 1996a, p. 478), que “aleija o trabalhador convertendo-o numa anomalia, ao fomentar artificialmente sua habilidade no pormenor mediante a repressão de um mundo de impulsos e

capacidades produtivas, assim como nos Estados de La Plata abate-se um animal inteiro apenas para tirar-lhe a pele ou o sebo” (MARX, 1996a, p.474).

Já no âmbito da grande indústria, quando o capital encontra uma base técnica adequada ao seu conceito no sistema de máquinas automático, longe de uma emancipação em relação ao trabalho repetitivo e do cultivo da polivalência, e muito menos de uma substancial redução das jornadas de trabalho, a subsunção do trabalho ao capital reduz os trabalhadores à condição de apêndice da produção, extirpando seus trabalhos de conteúdo. Logo, o sistema de máquinas, esse “monstro animado”, “agride o sistema nervoso ao máximo, ele reprime o jogo polivalente dos músculos e confisca toda a livre atividade corpórea e espiritual” (MARX, 1996b, p.55), e se torna um novo “meio de tortura” e de escravidão dos trabalhadores (MARX, 1996b, p.112). Sob a égide da extração combinada de mais-valia relativa e absoluta, também aqui incrementa-se a coisificação, a intensificação do trabalho, a extensão das jornadas, bem como uma superpopulação relativa estratificada, incluindo os trabalhadores mais pauperizados e as fileiras do pauperismo. Nas palavras de Marx, “cria-se assim, sistematicamente, um exército industrial de reserva sempre disponível, durante parte do ano dizimado por um trabalho forçado desumano, enquanto durante outra parte está na miséria por falta de trabalho” (MARX, 1996b, p.106). Diga-se de passagem, essa relação de predação da força de trabalho era igualmente estabelecida com a natureza, de tal maneira que “cada progresso da agricultura capitalista não é só um progresso na arte de saquear o trabalhador, mas ao mesmo tempo na arte de saquear o solo”, e que “a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social ao minar simultaneamente as fontes de toda a riqueza: a terra e o trabalhador” (MARX, 1996b, p.133).

Ainda no que tange à grande indústria, a despeito da concentração e centralização e da criação de imensas estruturas produtivas, bastante intensivas em capital constante, vê-se reemergir o sistema de trabalho domiciliar (*putting-out system*), o “departamento externo da fábrica”, “que tem no subpagamento e no sobretrabalho seus meios metódicos de ‘produzir redundância’”, afinal, a “exploração ilimitada de forças de trabalho baratas constitui o único fundamento de sua capacidade de concorrência” (MARX, 1996b, p.104). Predomina aí o regime de salário por peças, “a forma de salário mais adequada ao modo de produção capitalista” (MARX, 1996b, p.186), posto que ela se presta a acirrar a concorrência entre trabalhadores, a internalizar a disciplina do trabalho como “autodisciplina”,

e se torna a “fonte mais fecunda de descontos salariais e de fraudes capitalistas” (MARX, 1996b, p.183).

Tampouco a brutalidade colonial esteve circunscrita às etapas iniciais do desenvolvimento capitalista. Afinal, grande parte daquelas atrocidades foram analisadas a quente por Marx durante seu tempo de vida, tendo sido bastante marcado, no início de sua carreira como jornalista e editor de *A Gazeta Renana*, pela repressão contra a população a quem foi proibida a coleta de lenha das terras até ontem comunais, prática que durante gerações lhes foi imprescindível para resistir ao rigoroso inverno alemão (MARX, 1975). Convém recordar ainda, nesse sentido, da experiência indiana, objeto de polêmicos artigos de Marx publicados no *New Yorque Daily Tribune*. No famigerado texto “Os futuros resultados da dominação britânica na Índia”, de julho de 1853, Marx denuncia que “a profunda hipocrisia e a barbárie próprias da civilização burguesa se apresentam desnudas diante dos nossos olhos, quando, em lugar de observar essa civilização em sua fonte, onde adota formas honoráveis, a contemplamos nas colônias, onde se nos apresenta sem nenhum reboço” (MARX, 2007, p.224). Ele então enumera a vasta espoliação fundiária e de outros bens estatais, as extorsões, as censuras e perseguições religiosas, e mesmo a criação de uma indústria de “prostituição” e de “crimes organizados no templo de Juggernaut” (MARX, 2007, p.224), e enfatiza que não se trata de algo fortuito ou episódico, mas de um “resultado orgânico de todo o atual sistema de produção. Essa produção repousa no domínio supremo do capital” (MARX, 2007, p.225). É também nesse artigo que ele mobiliza a imagem do “progresso humano” como “esse horrível ídolo pagão que só bebia o néctar no crânio do sacrificado” (MARX, 2007, p.297).

A despeito desse olhar crítico e dessa vigorosa denúncia das atrocidades britânicas, nesse texto Marx estigmatiza a sociedade indiana como rígida e estática, e se questiona sobre o papel da forma capital como liberadora de potenciais revolucionários que acabariam por justificar e redimir todo esse calvário (MARX, 2007, p.291). Tais proposições serviram de alimento para a lamentável perspectiva “etapista” da história, promovida, em primeiro lugar, pela *nomenklatura* soviética e replicada por organizações políticas ao redor do mundo. Ecoa aqui a infame filosofia da história hegeliana, tida como a longa marcha triunfal do Espírito Absoluto, fundindo teologia com teleologia (HEGEL, 2001, p.60).

Afortunadamente, essa não seria a última palavra de Marx sobre o assunto. Muito pelo contrário, de sua crítica da forma-capital emerge uma concepção

de história muito diferente, aberta, que recusa todo tipo de “finalismo”, como se pode constatar, por exemplo, na recusa a abraçar uma teoria histórico-filosófica geral, e a lembrança de que “eventos notadamente análogos, mas tendo lugar em diferentes circunstâncias históricas, levam a resultados totalmente diferentes” (MARX e ENGELS, 1965, p.313). Afinal, diante de uma forma social totalitária que faz de seus limites internos barreiras a serem superadas, apenas a associação de indivíduos livremente socializados, que organizam coletivamente, de modo consciente e planejado, o processo de reprodução material e espiritual de suas vidas, é capaz de evitar seu aniquilamento resultante da destruição ambiental e da degradação social exigida pela má infinitude da valorização do valor. Não é por outro motivo que Marx será cada vez mais atraído, até o final de sua vida, pelos estudos da pluralidade de formas de relação com a terra e de organização social em distintas formações sociais, e por conseguinte da história dos povos e de suas lutas, inclusive considerando a possibilidade de alguns deles tomarem parte do processo de emancipação, necessariamente internacional e universal, sem atravessarem as agruras impostas pela subsunção plena à forma-capital (cf. MARX e ENGELS, 2004).

Resta ainda recordar da relação íntima entre a forma capital e o militarismo. Na Baixa Idade Média, a dinâmica da guerra cada vez mais tecnificada e dispendiosa, com armas de elevado custo e complexidade – em que se destaca a invenção das armas de fogo e, particularmente, do canhão –, passou a exigir a manutenção de cada vez mais custosos exércitos permanentes e especializados, sob regime assalariado (KURZ, 2014). Ambos os fatores impeliam à constituição de sistemas tributários cada vez mais abrangentes, bem como a universalização do dinheiro como nexos sociais indispensáveis. Cada um desses processos reforçava as tendências à centralização política, que, no momento seguinte, tornava-se ela própria uma fonte de pressão no sentido de ampliação dos gastos militares, do sistema tributário e da “monetização” da vida social.

Além disso, no seio da constituição dos modernos sistemas de crédito, baseados no sistema da dívida pública, está o financiamento dos empreendimentos bélicos. Porém, isso não é tudo: a guerra, com seus butins e com o jugo exercido sobre as populações derrotadas, logo se revelou um lucrativo negócio, assentado, em certo sentido, numa lógica de *racket*, que estabelece uma dinâmica de espoliação na qual os mandatários da ocasião oferecem aos produtores, comerciantes, financistas e à população em geral proteção para a ameaça que, frequentemente, eles mesmos representam. Num segundo momento, tal dinâmica é validada e

legitimada juridicamente por meio de um sistema legal imposto por aqueles mesmos mandatários (TILLY, 1989). Desse modo, a modernidade tem como uma de suas parteiras o moto perpétuo da guerra, do expansionismo e do controle territorial, que está na base da constituição dos Estados-nacionais e do potencial antagonismo entre eles. E mesmo num momento subsequente a dinâmica da acumulação só viria a se autonomizar em relação aos empreendimentos bélicos até certo ponto, como testemunham o chamado complexo militar-industrial nos países capitalistas centrais.

Ademais, uma série de elementos característicos da indústria moderna tiveram sua origem no exército e na indústria da guerra, tais como o sistema de assalariamento, o uso intensivo da maquinaria, a moderna divisão técnica do trabalho; o sistema de organização despótica e hierárquica do trabalho – que engendra uma “disciplina de caserna que se torna o regime absoluto das fábricas” (MARX, 1996b, p.56) –, entre outros (cf. MARX, 1982, p.19-20; MARX e ENGELS, 1987c, p.186).

Por fim, convém destacar ainda as passagens em que Marx associa o estado de barbárie às crises econômicas, imanentes à dinâmica da acumulação de capital. Nessas situações

a sociedade vê-se repentinamente reconduzida a um estado de barbárie momentânea; é como se uma situação de miséria ou uma guerra geral de extermínio houvessem suprimido todos os meios de subsistência; o comércio e a indústria parecem aniquilados, e por quê? Porque a sociedade possui demasiada civilização, demasiados meios de subsistência, demasiada indústria, demasiado comércio (MARX e ENGELS, 1996, p.71).

Trata-se da emergência da barbárie como húbriis, como desmedida, como excesso, e portanto como fenômeno inerente às formações sociais modernas. Não obstante a periodicidade do fenômeno, novamente Marx enfatiza o seu caráter necessário, que nada tem de aberrante ou desviante (MARX e ENGELS, 1996, p.71-72). Ao contrário, está galgado em determinações e tendências inerentes às formações sociais capitalistas, dentre as quais convém enfatizar, finalmente, a “lei geral da acumulação de capital”, a “lei que mantém a superpopulação relativa”, e que

ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. A acumulação da riqueza num polo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital (MARX, 1996b, p.275).

## **E os escombros do progresso se acumulam...**

Da análise precedente é possível apreender um conjunto de elementos que auxiliam na compreensão do presente, tais como a necessidade de reconhecer a natureza íntima do capital, superando a manifestação aparente dos fenômenos; a impossibilidade de generalizar situações históricas circunscritas, sempre tendo em vista o caráter “desigual e combinado” do desenvolvimento capitalista em escala mundial; o equívoco de se hipostasiar o Estado e o direito, e sua falsa onipotência e universalidade, como fazem as viúvas do Estado de bem-estar social, dentre outros. Mais do que isso, diversos fenômenos sociais contemporâneos se reconhecem nas breves considerações sobre a natureza bárbara do capital, acima consideradas. Por falta de espaço, mencione-se brevemente algumas de suas manifestações atinentes ao mercado de trabalho, ao desenvolvimento tecnológico e à dinâmica das crises.

Ora, as mesmas tendências que, à época de Marx, condenaram uma parte da população trabalhadora a se esfalfar em extensas e extenuantes jornadas de trabalho, e a outra parte a engrossar as fileiras do exército industrial de reserva e do pauperismo, nas últimas décadas têm-se produzido uma verdadeira terra arrasada, em que a voracidade do capital pode grassar sem peias. Uma vez que o capital se viu livre do contrapeso representado pelas organizações trabalhistas e pelo espectro da revolução comunista, e reforçou sua mobilidade e sua atuação em escala propriamente transnacional, passou a dinamitar a legislação trabalhista, bem como a desidratar e a privatizar as políticas sociais, abrindo para si vastos campos de atuação nos sistemas de saúde, educação, previdência, entre outros.

Dentre outras consequências, tais conquistas do capital tornam a garantia de reprodução da força de trabalho mais incerta e arbitrária, e competem para o prolongamento das jornadas de trabalho, muitas vezes “flexibilizadas”, como é o caso das “jornadas de zero hora”, na Inglaterra, ou a “jornada intermitente”, no

Brasil, para o rebaixamento de seus custos, e para a intensificação do trabalho e o acirramento da competição entre trabalhadores. Trata-se de expedientes mal dissimulados pela ideologia do empreendedorismo, que abraça a concorrência generalizada como padrão dominante – ou mesmo único – de comportamento, e que cultiva a indiferença e a atomização social. Tais tendências são reforçadas pela universalização do endividamento pessoal, que por vezes se torna um componente corriqueiro e necessário da dinâmica de sobrevivência da população trabalhadora, e que atua como uma espécie de “exploração secundária” dos trabalhadores e como meio de açambarcar a mais-valia na forma de juros (MARX, 1991, p. 754).

Nessa ofensiva mundial, o capital se valeu de inúmeras inovações tecnológicas introduzidas nas últimas décadas. Os campos característicos das ditas terceira e quarta revoluções tecnocientíficas – microeletrônica, telemática, nanotecnologia, biotecnologia, robótica, tecnologia de informação, inteligência artificial, etc. – alguns dos quais ainda em estágio inicial de desenvolvimento, conduziram à extensão da subsunção real do trabalho ao capital a ramos e a atividades que outrora resistiam a tal jugo. Em acréscimo, incrementaram as técnicas de gestão e de controle do trabalho, por vezes feitos remotamente, e por meio de padrões que são internalizados pelos trabalhadores, e monitorados em tempo real pelos próprios clientes.

Além de catapultar a concentração e a centralização de capitais, na condição de meios estratégicos para a apropriação de mais-valia por meio de distintas formas de renda (PAULANI, 2016), muitas dessas tecnologias vivificaram, a seu modo, o *putting-out system*, e expandiram o regime de salário por peças, instituindo formas híbridas de exploração, como aquelas nas quais os trabalhadores adiantam boa parte dos meios de produção, salvo os algoritmos que fundamentam as “plataformas”, e que dá aos detentores das respectivas patentes o direito de se apropriar de boa parte do excedente assim produzido, em condições de trabalho cada vez mais escorchantes. Ao lado das formas tradicionais de espoliação, por conseguinte, a mercantilização do conhecimento ganha destaque como forma de manifestação contemporânea dos “cercamentos” característicos da acumulação original, como há anos constatara Michael Perelman (2003).

Ademais, muitas das referidas tecnologias são poupadoras de força de trabalho, chegando mesmo a dar fim a várias especialidades, o que amplia o chamado desemprego tecnológico e acirra, uma vez mais, a concorrência entre

trabalhadores. Em diversos países a superpopulação relativa, aquela considerada supérflua, excedente, e mesmo inimpregável, atingiu níveis sem precedentes. Diante dos antagonismos que são assim engendrados, essas massas viram-se alvo das políticas sociais focais – de baixo custo e de viés fortemente mercantil, que supostamente vêm a solucionar a “ineficiência” das políticas sociais universais – e das políticas de repressão, que são dois lados da mesma moeda. O encarceramento em massa, a guetificação, a militarização da vida social e o controle miliciano dos territórios, o genocídio, as políticas de terror e de extermínio, estatais e paraestatais, tornam-se desse modo parte do cotidiano urbano nos mais diversos países (cf. MBEMBE, 2018).

Diga-se de passagem, papel particularmente estratégico é desempenhado aqui pelo controle social algorítmico e pelas tecnologias de vigilância, movidas a *big data* e a inteligência artificial, que passam a saturar cada poro da vida social. Câmeras de segurança, smartphones, notebooks, utensílios domésticos são alimentados, voluntária ou involuntariamente, 24 horas por dia, com dados que permitem esquadrihar a existência individual, e com base nisso bombardear cada um com propagandas, notícias, e diretivas que ao mesmo tempo mobilizam e condicionam a ação, na mesma medida em que obstaculizam o acesso a qualquer experiência que transcenda esse universo hermético, sobretudo aquelas passíveis de confrontar a ditadura do capital. Os instrumentos de trabalho e de lazer são eles próprios instrumentos de vigilância e de condicionamento, competindo para borrar as fronteiras entre um e outro, e criando um tipo de controle social ao mesmo tempo total e insidioso, posto que é naturalizado e conta com a participação ativa dos indivíduos para se sustentar.

Trata-se de outra dimensão do processo de espoliação inerente à relação entre capital e trabalho, uma espoliação propriamente subjetiva. Como se viu, intimidade, sentimentos, valores, anelos, gosto, tudo é aprisionado, amoldado e condicionado pelo movimento tautológico da acumulação, de tal forma que o processo de subsunção do trabalho ao capital inclui a própria estrutura psíquica e a constituição de padrões de sofrimento. Esta é uma das funções precípuas da indústria cultural, que compreende e extrapola aquela de formar, por meio da “educação, tradição e costume”, uma massa de trabalhadores que toma as exigências do modo de produção capitalista como “leis naturais evidentes” (MARX, 1996b, p.358). Ocorre, de acordo com Adorno e Horkheimer (2007, p.166-7), uma expropriação psicológica que em certo sentido alivia o indivíduo da “dolorosa dialética interna da consciência moral, da autoconservação e das pulsões”,

posto que suas decisões passam a ser apanágio das estruturas burocráticas empresariais e estatais, ou, no âmbito pessoal, “esquema da cultura de massa, que desapropria seus consumidores forçados de seus últimos impulsos internos”.

Esse processo é reforçado pelo advento das redes sociais e das atuais tecnologias da informação, que confirmam a natureza totalitária do capital. Conforme a reflexão de João Bernardo (2014, p.73), que convém acompanhar, em meio ao frenético engajamento com selfies, postagens, memes e quejandos, nos instagrans, facebooks, tiktoks e whatsapps da vida, emerge um paradoxo, “uma exacerbação visual do eu sem precedentes na história”, que por “ser tornada pública em tempo real implica a destruição da privacidade, o que até agora sucedera exclusivamente nos regimes totalitários e nas favelas”. Essa destruição é tanto mais implacável pelo fato de ser operada voluntariamente pelo próprio indivíduo. Ao criar esse universo narcísico e hiperexposto, prossegue Bernardo, os indivíduos logram atender tanto a quimera do livre-arbítrio, proposto pela “ideologia econômica do mercado” e “pela ideologia política da cidadania”, quanto as injunções efetivas do mercado e da política, a saber, as que os condicionam a “destruírem o social pela concentração no individual e diluírem as fronteiras do indivíduo pela supressão da privacidade” (BERNARDO, 2014, p.73). Logo, os mecanismos de exploração, de disciplinamento, de captura da subjetividade, de condicionamento dos padrões de comportamento e de consumo, e – por que não? – de contrain-surgência, constituem uma teia inextricável.

A última dimensão da barbárie contemporânea a ser considerada aqui é aquela relacionada às crises econômicas, que se contam às centenas desde 1970. Fosse o caso de considerá-las com mais cuidado, seria possível identificar padrões e nexos no interior de uma sucessão que vai das crises de estagflação e dos choques do petróleo e dos juros, às crises cambiais que pulularam pelo mundo na década de 1990 e no início da década de 2000 (e que voltaram a ganhar força nos últimos anos). Ou que se estende da crise da dívida dos países capitalistas periféricos que sucedeu ao choque dos juros em 1979, à crise das dívidas soberanas na primeira metade de 2010, passando pela quebra do Continental Illinois em 1985, da Bolsa de Nova Iorque em 1987, das Savings and Loans, na primeira metade da década de 1990, e da Long Term Capital Management, em 1998. E, sobretudo, que se expressa em episódios como o da “crise das ponto.com”, em 2001, e da “crise do subprime”, deflagrada em 2007, às quais se soma a crise que teve como estopim a pandemia de Covid-19. Mesmo uma análise superficial dessa

turbulenta série revela a produção, na atual fase do desenvolvimento do modo de produção capitalista, de um estado de exceção econômica permanente, que em decorrência de uma crônica sobreacumulação de capital, fez com que as crises e as ameaças de crise autorizassem o livre exercício do caráter rapinante do capital, sempre fiel à consigna “depois de mim, o Dilúvio” (MARX, 1996a). Além das terríveis consequências sociais, que envolvem o forte aumento das desigualdades, bem como a produção de ondas de desemprego, de endividamento, de despejos, de miséria, entre outras, em geral essas crises conduziram ao reforço dos grandes conglomerados transnacionais, que fagocitam os capitais de menor poder econômico, e capturam ferreamente as estruturas e os dispositivos estatais, por meio das políticas do tipo “*too big to fail*” e de “*quantitative easing*”, que tendem a reforçar a espiral de endividamento estatal, bem como da imposição de políticas de austeridade, de privatização, entre várias outras. Em suma, a despeito da brevidade dessas considerações, vê-se que a atual etapa do capitalismo nada deve às precedentes, no que se refere aos horrores que não cessa de produzir.

## Considerações finais

Não há nada de fortuito na emergência desse conjunto de fenômenos que desafiam a ideologia do progresso. Ainda que situada em um elevado nível de abstração, a análise precedente procurou demonstrar que eles são manifestações que correspondem ao próprio conceito de capital, cujo mandamento é a conversão de todo o tempo de que dispõe a sociedade em tempo de sobretrabalho, custe o que custar. E de fato, a fatura dessa perversa lógica não cessa de chegar e só se avoluma na forma de todo tipo de indizíveis violências, sujeição e espoliação, sobretudo contra os que não detém os meios de produção e contra a natureza. Na contramão dos discursos apologéticos, em meados da década de 1940 Adorno e Horkheimer constataram que

[...] a adaptação ao poder do progresso envolve o progresso do poder, levando sempre de novo àquelas formações recessivas que mostram que não é o malogro do progresso, mas exatamente o progresso bem-sucedido, que é culpado do seu próprio oposto. A maldição do progresso irrefreável é a irrefreável regressão (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p.46).

Ao contrário da idílica ideologia do progresso, parece haver uma espécie de lei “em virtude da qual de futuro não haverá, não pode haver agora, senão a violência, a corrupção e a barbárie na ordem do dia da burguesia” (CÉSAIRE, 1978, p.56). Não obstante, ao mesmo tempo em que interdita as perspectivas moralistas e exige a imersão nas entranhas da realidade social, a crítica da economia política traz à luz as fissuras da ordem, os pontos em que a dominação se fragiliza, as potências sociais reprimidas, bem como os elementos e as relações sociais que resistem a se submeter às exigências do capital. Afinal, não há saída: “que continuem ou não a escassez e a opressão – ambas são a mesma coisa – dependerá exclusivamente de que se evite a catástrofe mediante a organização racional da sociedade total, como humanidade” (ADORNO, 1995, p.38). A tarefa de revolucionar a sociedade de cima a baixo, rompendo com os antagonismos sociais e com o fetichismo que a estruturam, seria quimérica, não houvesse em seu próprio âmago contraditório potenciais emancipadores.

A sobrevida do capital exige que sejam sufocadas as potências de emancipação social. No presente, em que o despotismo do capital e seu caráter totalitário atingem um caráter tresloucado, num permanente esforço de contrarrevolução preventiva, a eliminação dos diques que outrora foram impostos pelos trabalhadores organizados em classe para conter a voracidade capitalista, a intensificação do sofrimento social, e a insolubilidade das contradições que intensificam as vicissitudes da acumulação de capital tornam patente a deriva catastrófica desse modo de produção.

## Referências bibliográficas

- ADORNO, T. Modelos críticos 2. Petrópolis: Vozes, 1995.
- ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. Dialética do Esclarecimento [recurso eletrônico]. São Paulo: Zahar, 2014.
- BERNARDO, J. A complexa arquitetura da futilidade. IN: TAVARES, R.H.; GOMES, S.S. (orgs.). Sociedade, educação e redes: desafios à formação crítica. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, p. 57-77, 2014.
- CALDWELL, B.; MONTES, L. Friedrich Hayek and His Visits to Chile, CHOPE Working Paper, No. 2014-12, Duke University, Center for the History of Political Economy (CHOPE), Durham, NC, 2014.
- CAREY, H. B. Principles of Social Science, V. III. Philadelphia: J.B. Lippincott & C.O., 1865.
- \_\_\_\_\_. The Past, the Present and the Future. Nova Iorque: Carey & Hart, 1848.
- CESAIRE, A. Discurso sobre o colonialismo. Lisboa: Sá da Costa Editores, 1977.
- DANOWSKI, D; CASTRO, E. V. Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins. Florianópolis: Cultura e Barbárie: Instituto Socioambiental, 2014.
- GRESPAN, J.L. A Dialética do Averso. Crítica Marxista, 14, p. 26-47.
- HAYEK, F. Von. O caminho da servidão. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.
- HEGEL, F. W. A Razão na História. São Paulo: Centauro, 2001.
- HICKEL, J. A letter to Steven Pinker (and Bill Gates, for that matter) about global poverty, 2019. Disponível: <https://www.jasonhickel.org/blog/2019/2/3/pinker-and-global-poverty>. Acesso em: 03/08/2020.
- KEYNES, J. M. Economic possibilities for our grandchildren. In: Essays in Persuasion. Nova Iorque: W.W.Norton & Cia., 1963, p. 358-373.
- KURZ, R. Dinheiro sem valor: linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política. Lisboa: Antígona, 2014.
- LASCH, C. *The minimal self: survival in troubled times*. Nova Iorque: Norton & Company, 1984.
- MARX, K. *Guerra Civil na França*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- \_\_\_\_\_. Crítica da Filosofia do Direito de Hegel. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Sobre a Questão Judaica*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

- \_\_\_\_\_. "Introdução de 1857". IN: Para a Crítica da Economia Política. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- \_\_\_\_\_. *El Señor Vogt*. México: Juan Pablo Editor, 1977.
- \_\_\_\_\_. Speech at the Anniversary of the People's Paper. IN: K. Marx. Collected Works, V. 14. New York: International Publishers, 1980, p. 655-56.
- \_\_\_\_\_. Dispatches for New York Daily Tribune: selected journalism of Karl Marx. Londres: Penguin Books, 2007.
- \_\_\_\_\_. O Capital: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1996a. (*Os Economistas*).
- \_\_\_\_\_. O Capital: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1996b. (*Os Economistas*).
- \_\_\_\_\_. Grundrisse: foundations of the critique of political economy. London; New York: Penguin Books/ New Left Review, 1993.
- MARX, K., & ENGELS, F. Ideologia Alemã. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- \_\_\_\_\_. A Sagrada Família. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- \_\_\_\_\_. Proceedings of the Sixth Rhine Province Assembly. Debates on the law on thefts of wood. IN: Collected works (Vol. 1). London: Lawrence and Wishart, 1975.
- \_\_\_\_\_. Wage Labor and Capital. In: Collected works (Vol. 6). London: Lawrence and Wishart, 1987a.
- \_\_\_\_\_. Letter to Friedrich Engels in 18/06/1862. In: Collected works (Vol. 41). London: Lawrence and Wishart, 1987b.
- \_\_\_\_\_. Letter to Friedrich Engels in 25/09/1858. In: Collected works (Vol. 40). London: Lawrence and Wishart, 1987c.
- \_\_\_\_\_. Manifesto do Partido Comunista. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.
- \_\_\_\_\_. Preface to the Russian Edition of 1882. In: The Communist Manifesto. Londres: Penguin Classics, 2004.
- \_\_\_\_\_. Selected Correspondence. Moscou: Progress Publishers, 1965.
- MBEMBE, A. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: N-1 Edições, 2018.
- MISES, L. V. A Mentalidade Anticapitalista. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

\_\_\_\_\_. Liberalism: A Socio-Economic Exposition. California: Institute for Humane Studies, 1978.

PAULANI, L. M. Acumulação e rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo. *Revista de Economia Política*, 36(3), p. 514-535, 2016.

PERELMAN, M. Intellectual Property Rights and the Commodity Form: New Dimensions in the Legislated Transfer of Surplus Value. *Review of Radical Political Economics* 35 (3), p. 304-311, 2013.

R7. Citando Bolívia, Elon Musk defende patrocínios a golpes de estado. *R7 NOTÍCIAS*, 2020. Disponível em: <https://noticias.r7.com/internacional/citando-bolivia-elon-musk-defende-patrocínio-a-golpes-de-estado-27072020>). Acesso em 20/07/2021.

SMITH, A. *The Theory of Moral Sentiments*. Indianapolis: Liberty Fund, 1982.

\_\_\_\_\_. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

THE GUARDIAN. Elon Musk sells out boring company flamethrowers fire, 2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/technology/2018/feb/01/elon-musk-sells-out-boring-company-flamethrowers-fire>. Acesso em: 20/07/2021.

UNHCR. Refugee Statistics, 2022. UN Refugee Agency. Disponível em <https://www.unhcr.org/refugee-statistics/>. Acesso em: 23/11/2022.

